

---

## **A Contribuição do Pensamento Judith Butler para a Comunicação Política: Marielle Franco, uma vida enlutável?<sup>1</sup>**

Caio Dayrell SANTOS<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **RESUMO**

Introduzimos o pensamento de Judith Butler, focando-se na articulação entre política e subjetividade. Primeiro, começamos com uma sucinta apresentação histórica de sua obra, contextualizando-a e mostrando como evolui desde questões de gênero e minorias sexuais para problemas mais amplos de ética e violência. O objetivo dessa seção é introduzir o conceito de precariedade e construí-lo com condição precária. Em seguida, nos adentramos em como Butler concebe a fundação do sujeito e, como isso implica em uma responsabilidade involuntária com o outro. Aqui também abordaremos como ela bebe de Foucault para conceituar a noção de “relato de si mesmo”. Por último, articulamos suas proposições teóricas para comentar as manifestações de luto pela morte de Marielle Franco e Anderson Gomes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Judith Butler. Ética. Precariedade. Violência. Sujeito.

*Nem sempre eu sou tão forte  
Mas vou tá lá gritando contra a morte*  
MC Carol

### **Introdução**

Sarah Salih (2004b) caracteriza toda sua obra por um “ímpeto ético para expandir as normas nas quais ‘humanos’ podem conduzir suas vidas em esferas públicas socialmente reconhecidas”. Seja em suas provocações ao movimento feminista nos anos 90, seja em seu ativismo contemporâneo contra violência de Estado em guerra ou em ações policiais, Butler sempre foi comprometida com grupos párias, comunidades invisibilizadas ou, se visíveis, enquadradas de tal maneira que são marcados como alvos, inimigos merecedores da ira ou menosprezo. Consciente de que esse tratamento desigual impacta os sujeitos em sua materialidade - sem garantia de proteção e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Comunicólogo e jornalista graduado pela UFMG, mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ e doutorando em Comunicação Social pelo UFMG. E-mail: caiosantoscomunica@gmail.com

---

seguridade social são expostos injustamente a violência, incluindo, mas não se resumindo, a violência física - Butler procura como ampliar as molduras e linhas que possibilitam a apreensão de sujeitos.

Esse texto introduz e comenta sua obra, em especial suas ideias contidas em livros, ensaios e entrevistas publicados depois dos anos 2000 - merecendo destaque *Relatar a Si Mesmo* (2015), *Precarious Life* (2004a) e *Corpos em Aliança e a Política das Ruas* (2018). A nosso entender, existe uma articulação triádica entre política, sujeito e ética para a autora, o que faz dessas três categorias indissociáveis, ou seja, seu recente endosso a uma teoria normativa da política parte de uma “ontologia ética” (SCHIPPERS, 2011, p. 29) que, por sua vez, parte de suas reflexões sobre formação do sujeito e vice-versa.

Abrimos com uma rápida apresentação do pensamento de Butler, contextualizando-o e mostrando como caminhou desde a famosa teoria performativa de gênero para problemas mais amplos de ética e violência. O objetivo dessa seção é introduzir o conceito de precariedade e demonstrar como o gênero, apesar de perder a centralidade, se mantém presente em suas reflexões mais atuais. Em seguida, explicamos como ela concebe a fundação do sujeito e, a partir disso, uma responsabilidade involuntária com o outro. Aqui abordamos como Butler bebe de Foucault para conceituar a noção de “relato de si mesmo”. Por último, as reflexões de Butler sobre a política do reconhecimento da precariedade da primeira parte e a subjetivação através do relato de si da segunda se reúnem para pensar o processo de luto. Articulamos essas proposições teóricas para comentar as manifestações políticas e culturais em resposta à morte de Marielle Franco e Anderson Gomes. Não se trata de uma análise aprofundada sobre o acontecimento em si, mas sim uma leitura da repercussão midiática a partir da concepção butleriana do luto público.

Com esse atravessamento, mais do que abordar os principais conceitos das obras recentes de Butler, procuramos demonstrar como elabora a relação entre (in)visibilidade de determinados sujeitos e grupos sociais e sua respectiva exposição a violência. Sua teoria contribui, portanto, para se pensar resistências democráticas por meio da comunicação, sobretudo em um contexto como o latinoamericano marcado por altas taxas de violência social.

---

## 1. Precariedade e Condição Precária

Apesar de ter erguido uma obra sólida e diversa no decorrer das últimas três décadas, seu trabalho de maior impacto segue sendo *Gender Trouble* (BUTLER, 1990), em que Butler reverte a relação entendida como natural entre sexo e gênero. Seu trabalho, no entanto, passaria por uma mudança temática no começo do século XXI. Influenciada pelos atentados de 11 de setembro, Butler (2004a, p.11) viu “uma vulnerabilidade insuportável” exposta nos Estados Unidos: suas fronteiras foram violadas, vidas humanas tinham sido perdidas e uma onda de dor e medo se alastrou pelo mundo. Na leitura de Schippers (2014, p. 3), a catástrofe serviu como catalisador para que explorasse novos territórios e conceitos: Butler assumiu maior interesse por questões existenciais, como ontologia e ética, depois da publicação de *Prearious Life*, seu foco pareceu se deslocar das minorias sexuais para as vítimas de conflitos globais, como a crise de refugiados e das guerras no Oriente Médio. Ela também se debruçou em reflexões foucaultianas sobre vida e morte, tentando descrever como grupos estruturalmente marginalizados são expostos a uma violência contínua, o que aproxima sua obra de pensadores biopolíticos como Giorgio Agamben e Achille Mbembe (BROWN, 2016, p. 9). Essa mudança, descrita por comentadores como uma virada para a ética (SCHIPPERS, 2014; CARVER, CHAMBERS, 2008) ou uma virada biopolítica (BROWN, 2016), é descrita pela própria Butler (2009a, 2018) como um movimento desde a performatividade para a precariedade.

Em seu trabalho contemporâneo, a noção de precariedade aparece em duas dimensões. Primeiramente, trata-se do que ela também nomeia de condição precária, referindo-se à condição genérica comum a todos os seres vivos de propensão à morte e à interdependência. Todo sujeito, de acordo com Butler, depende de suportes oferecidos por outros para sobreviver. No entanto, essa precariedade não é percebida nem sentida de maneira uniforme. Se a condição precária aborda a precariedade como uma ontologia, Butler considera uma dimensão sociológica da precariedade, entendida como uma distribuição social-estatal desigual de aparatos que dão suporte à vida, se tratando então de uma precariedade induzida. Essa precariedade secundária e social ocorreria a partir de um reconhecimento seletivo da precariedade primária e existencial.

Frente à vulnerabilidade desvelada no outono de 2001, por exemplo, EUA deu uma resposta bélica: “elevou o discurso nacionalista, expandiu os mecanismos de vigilância,

suspendeu direitos constitucionais e desenvolveu formas de censura explícita e implícita” (BUTLER, 2004a, p. 11). Ao invés de assumirem a precariedade como constitutivo da condição humana, eles a renegaram, projetando-a em estrangeiros e distantes, que mereceriam retribuição por seus atos de violência. Para Butler, esse gesto compensatório foi o que dirigiu a política internacional estadunidense após 11 de setembro: rejeitar sua perda e vulnerabilidade, apontando o outro como causa de uma experiência intrínseca à própria vida e, desta forma, produzindo uma precariedade a si mesmos e aos demais que poderia ser evitada - ou, pelo menos, minimizada. Em oposição à retórica vingativa da administração Bush, Butler resgata as propostas do filósofo francês Emmanuel Lévinas a fim de propor uma ética global de não-violência (DEMETRI, TONELI, 2017, p. 323).

Sua aposta é que um reconhecimento da precariedade como uma “condição compartilhada da vida humana” (BUTLER, 2009b, p. 13) culmine em uma relação ética de responsabilidade com o outro. Ao apreender qualquer vida como invariavelmente relacional, podemos pensar uma sociabilidade que preza pelo cuidado mútuo. Por outro lado, a falha na apreensão dessa vulnerabilidade, no não reconhecimento de que somos sempre vinculados com outros, possibilita e legitima que esses mesmos sofram de desdém ou crueldade.

## **2. Sujeito vulnerável e responsável pelos outros**

A utilidade da teoria de Butler sobre precariedade está na conexão entre uma descrição fenomenológica do sujeito e argumentos sociopolíticos contra a distribuição desigual do reconhecimento (BROWN, 2016, p. 14). Ou seja, ela não se limita a descrever apenas como mecanismos de poder são estruturados e como certos grupos estão mais expostos do que outros, mas também propõe motivos existenciais para corrigir essa injustiça. Para Butler, nossas ambições físicas e emocionais têm um profundo impacto na política e economia. Por isso, ela dedica parte considerável de sua obra para investigar processos de subjetivação, descrevendo como o ego em si é constituído e como ele interage com os outros ao seu redor.

Na filosofia liberal, o “Eu” é tradicionalmente entendido como uma entidade autônoma, independente e soberana. Essa interpretação é particularmente evidente no neoliberalismo e sua valorização moral da autossuficiência. Para legitimar o

---

sucateamento contínuo de serviços públicos de saúde e seguridade, desenvolve-se uma concepção individualista do sujeito, em que cada um seria responsável por si próprio e, conseqüentemente, o Estado poderia abrir mão de garantir estruturas básicas para a sobrevivência da população. Mais uma vez, ao negar a precariedade ontológica, se produz uma precariedade sociológica.

De um ponto de vista fenomenológico, esse entendimento é falso. Não só porque leva a uma atomização cada vez maior da sociedade, mas também porque pressupõe um sujeito fundado em si mesmo e que conseqüentemente não teria incumbências éticas com os outros. “Quem não deve, não teme” como lembra o dito popular, a fim de tranquilizar - ou intimidar - alguém prestes a ser julgado. Porém, todos nós somos expostos à violência, todos nós somos passíveis de perda e de morte, assim, todos nós temos razões para temer. Da mesma maneira, Butler defende que todos nós temos dívidas com anônimos desconhecidos. Estamos todos invariavelmente vinculados uns com os outros.

Em *Relatar a Si Mesmo* (BUTLER, 2015), ela se apropria de um conjunto diverso de autores - merecendo talvez maior destaque as contribuições de Michel Foucault, Emmanuel Lévinas e da psicanálise de Jean Laplanche - para propor sua própria concepção do sujeito; um sujeito que deve e teme, ao mesmo tempo responsável e vulnerável, aberto a demandas que não podem ser recusadas. Ao contrário do que o modelo liberal concebe, o sujeito não é fundado em si mesmo. Antes que exista um “Eu”, um ego deliberado e consciente, há uma impressionabilidade, uma capacidade de receber afetos que vêm de fora. É somente depois de ser interpelado por outros, que o sujeito começa a se formar. Frente a demandas, é mobilizado a reagir, a retrucar e responder ao outro. O sujeito só existe a partir dessa correspondência, dessa interatividade entre demandas alheias e respostas próprias, sendo construído não apenas como relacional, mas como a própria relação (SCHIPPERS, 2014, p. 3):

Si puedo tocar, experimentar y sentir el mundo es solo porque a este «yo», antes de que pudiera denominarse «yo», lo agarraron, lo sintieron, se dirigieron a él y lo animaron. [...] De ahí se sigue una forma de relación que podríamos llamar «ética»: cierta demanda u obligación incide sobre mí, y la respuesta depende de mi capacidad para afirmar el hecho de que hayan actuado sobre mí, formándome como alguien que puede responder a tal o cual llamada. Se plantea también una relacionalidad estética: algo me impresiona, y yo desarrollo impresiones que no se pueden acabar de separar de aquello que actúa sobre mí. Solo me puede conmover o dejar de conmover

---

algo exterior que me afecta de un modo más o menos involuntario (BUTLER, 2016).

A subjetividade, então, é convocada pela alteridade e se vê obrigada a atender um apelo que lhe é exterior. Um apelo que não pode ser facilmente rejeitado porque, caso contrário, “há que pagar o preço da destruição do mundo social e relacional” (BUTLER, 2016). Há momentos em que as dinâmicas políticas, econômicas ou ideológicas nos levam a abandonar esse compromisso ético irrefutável, o que, para Butler, viabiliza a violência. A crueldade só é possível quando se nega essa ligação com o outro e se rejeita uma exterioridade constituinte do próprio sujeito.

Frente à interpelação, o sujeito deve se introduzir ao outro, dizer quem é, de onde vêm e para onde vai, desenhando assim sua identidade pessoal a fim de ser reconhecido. Ele é compelido a narrar a si mesmo, contar sua história, descrever suas experiências, afirmar e reafirmar sua própria vida. Esse “relato de si” não se dirige apenas para dentro, mas é um movimento para fora, destinado ao social, a algo que transcende o próprio “eu”: “estamos respondendo a um pedido e tentando estabelecer ou restabelecer determinado vínculo, honrar o fato de que fomos interpelados desde outro lugar” (BUTLER, 2015, p. 165-166).

Não podemos esquecer que essa comunicabilidade depende de uma sujeição à linguagem e suas normas, que estabelece os padrões de inteligibilidade que, como demonstrado anteriormente, são sempre em alguma medida negociáveis. Há aí um diálogo com Foucault e suas reflexões tardias sobre o “cuidado de si”. Como Butler, Foucault rejeita a ideia de um sujeito soberano. Para ele, o sujeito é produzido a partir das relações de poder, logo, é sempre determinado por condições sociais, históricas, políticas, geográficas e culturais. Mas, como não existe sujeito sem se submeter a relações de poder, também não há poder sem resistências e, portanto, não há sujeito que se veja dominado sem que, ao mesmo tempo, percebe a si mesmo opondo-se aos poderes que o submetem. No final de sua vida, Foucault se dedica a pensar sobre formas em que um indivíduo consegue “se apropriar de si”, transformando-se em um sujeito de suas próprias práticas e construindo-se através de uma perspectiva ética que busca se distanciar das regulações e normatividades do poder (TASSIN, 2012, p. 41).

Foucault recorre à cultura clássica para pensar práticas ascetas, como meditação, a escrita de si e exercícios sob o próprio corpo que buscam oferecer ao sujeito a possibilidade de reconquistar ele mesmo. Não se trata de um controle sobre si, de um

adestramento para melhor se ajustar a um sistema de governo e tampouco de um empoderamento individualista sem consideração com sua comunidade. São “técnicas de si” que visam assumir suas próprias ações dentro de uma perspectiva tanto ética quanto estética: “Tratava-se de saber como governar sua própria vida para lhe dar a forma mais bela possível (aos olhos dos outros, de si mesmo e das gerações futuras, para as quais se poderá servir de exemplo)” (FOUCAULT, 2004, p. 244). Essas “artes da existência”, que sempre demandam algum tipo de autorreflexão, promovem uma transformação do sujeito através de relações consigo mesmo, com os outros, com o mundo e até com Deus.

O relato de si mesmo de Butler é profundamente inspirado nessa estética da existência foucaultiana. A autora, no entanto, aprofunda sob uma perspectiva psíquica e fenomenológica o papel do outro nesses exercícios autonarrativos. Para ela, “dizer de si é, antes de tudo, um jeito de encontrar o outro, na medida em que gera deslocamentos e desconstrói o próprio lugar estabelecido daquele que fala” (MARQUES, MENDONÇA, 2018, p. 48). Butler também extrapola Foucault na medida em que seu projeto tem claras ambições normativas: o relato de si para Butler é compulsório, oriundo de uma relação de responsabilidade implícita na condição humana.

Mas, resta aí uma questão: se o gesto do outro para comigo antecipa a minha própria fundação, isso significa que sou incapaz de dar um relato de mim mesmo que me apreenda como um todo. Em outras palavras, o sujeito é marcado por uma opacidade que impossibilita que seja integralmente assimilado por si próprio e pelos demais. Logo, o relato de si de Butler é sempre insatisfatório; ele é, por si só, precário e vulnerável. Isso não significa que perca sua potência afetiva. Por mais impreciso, opaco e frágil, ainda nos compromete e, assim, implica que somos responsáveis não só por nós mesmos, mas também pelos outros.

### **3. Marielle Franco: uma vida enlutável?**

Apesar do pensamento de Butler não buscar descrever nenhum contexto específico, com exceção de alguns textos sobre o Oriente Médio e os EUA e, até onde sabemos, ela nunca ter escrito especificamente sobre a conjuntura latinoamericana, acreditamos que sua reflexão sobre o luto é particularmente cara para países como o Brasil, que vivem em um contexto de altíssima letalidade. Mesmo com a taxa de homicídios tendendo a



---

diminuir no mundo como um todo, a América Latina nada contra a corrente. A região é a mais violenta do mundo: enquanto abriga só 8% da população mundial, ela reúne 33% dos assassinatos. De todas as mortes violentas do mundo, um quarto ocorrem em apenas 4 países: México, Colômbia, Venezuela e Brasil (MUGGAH; TOBÓN, 2018).

Não é por acaso que as maiores manifestações coletivas desses países têm cada vez mais sido respostas a violência: em consonância com a Marcha Mundial de Mulheres, manifestações feministas tem adotado a palavra de ordem e hashtag #NiUnamenos para protestar contra a alta taxa de feminicídios; no México desde 2014 há vigílias regulares pelos 43 estudantes sequestrados por policiais e mortos por narcotraficantes em Ayotzinapa e; mais recentemente no Brasil, desde março de 2018 a comoção e indignação global continua pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes por dois suspeitos identificados como policiais militares - um aposentado e outro expulso da corporação, mas ambos associados ao crime organizado no Rio de Janeiro. Nesse último caso, em particular, têm sido enfrentado com grande resistência por agentes ligados ao poder (FIG. 1).

O diário *O Globo*, por exemplo, publicou um editorial dias após o crime, questionando a ênfase dada por movimentos sociais às categorias que Marielle representava: preta, mulher, favelada, lésbica e vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), um partido de esquerda radical. Como escreve o jornal: “Fosse Marielle ‘branca e rica’, a execução precisaria provocar a mesma reação do Estado e na sociedade. A morte de Marielle não pode ser apropriada por interesses partidários ou sectários”. Outros críticos argumentam que o “estardalhaço” pela morte da vereadora “esqueceria” as demais 60 mil mortes violentas que ocorreram no Brasil em 2016.

Há um erro brutal nessas análises. Todo processo de luto é essencialmente coletivo e, consequentemente, político. “Luto também é verbo”, como lembravam na época vários cartazes nas passeatas fúnebres. O luto nunca pode ser uma atividade apenas solitária e individual, é uma ação que busca ter impactos para fora do sujeito. E, por isso, não é passivo, não se restringe à aceitação da perda de um ente, mas busca interferir na realidade que possibilitou aquela perda.

Mas, em que exatamente consiste um processo de luto? Quando uma perda ocorre, se é esperado que o sujeito passe por um estágio de tristeza e, depois de certo tempo, consiga restaurar sua vida passada sem grandes problemas, mas nem sempre isso acontece. Para



Butler (2004a, p. 28), a dor e o luto são formas de “desposseção”, que obrigam o sujeito a reconhecer e rever as relações intrínsecas com um outro além dele mesmo, vínculos destroçados pela morte: “Quem ‘sou’ eu sem tu? Quando nós perdemos alguns desses laços pelo quais somos constituídos, nós não sabemos quem nós somos ou o que fazer. Em um nível, eu acho que eu perdi ‘tu’ só para descobrir que ‘eu’ também tenho se perdido” (2004a, p. 22). A experiência de perda revela ao sujeito sua dependência de um outro para manter sua própria noção de si. Com a desposseção que segue pela falta do outro, uma transformação tem que ocorrer. Eu não sou mais quem eu era. São nesses momentos que o “corpo é desfeito pelo outro” e a existência humana é exposta como uma relação de interdependência e vulnerabilidade (CARVER, CHAMBERS, 2008, p. 94).

A morte do outro desfaz o sujeito, que, por sua vez, precisa ser refeito. A perda dessa forma demanda um relato de si, exige que recontar sua vida diante da falta de um outro que o constitui. Uma narrativa, apesar de potente, inconsistente e frágil já que tem que dar conta de uma interrupção de seu próprio narrador:

Eu devo tentar contar uma história aqui sobre o que estou sentindo, mas isso seria contar uma história em que o próprio “Eu” que busca contar a história é suspenso enquanto narra; o próprio “Eu” é colocado à prova em sua relação com o Outro, uma relação que não precisamente me reduz ao mutismo, mas mesmo assim desordena minha fala com sinais de seu desmonte. Eu conto uma história sobre a relação que eu escolhi, só para expor, em algum ponto ao longo do caminho, a maneira que eu sou agarrado e desfeito por essas mesmas relações. Minha narrativa falha, e ela deve falhar. Vamos reconhecer: nós somos desfeitos uns pelos outros. E, se não somos, estamos perdendo alguma coisa (BUTLER, 2004a, p. 23 - tradução nossa).

Há uma potência criativa nesse gesto. A desposseção inspirada pelo luto impulsiona um ato poético. A perda de Marielle, por exemplo, mobilizou dezenas de produções artísticas e/ou culturais, como a dança, poesia, montagem gráfica, música e audiovisual. Muitas vezes, esses trabalhos são de autoria de pessoas negras e/ou periféricas, que se identificam com Marielle e reconhecem sua falta. Na semana seguinte à execução, MC Carol lançou uma música em homenagem a vereadora. O clipe, produzido junto com Heavy Baile, inicia com o depoimento emocionado de uma mulher que perdeu o neto, de 12 anos, vítima da violência. No decorrer do vídeo, imagens e matérias sobre episódios de violência contra mulheres e a população negra são recuperados, expondo o assassinato de Marielle como um caso entre milhares de outros assassinatos na

---

população. Como diz a letra: “Eu sou Marielle, Cláudia, eu sou Marisa /Eu sou a preta que podia ser sua filha”. A música, produzida durante o auge da comoção pública, demonstra justamente o contrário do que os críticos afirmavam: nunca se “esqueceu” as milhares de outras execuções que ocorreram. A repercussão pela morte de Marielle não se devia à perda de apenas uma pessoa, mas sim de uma sequência de vidas precocemente interrompidas que culminaram na morte de Marielle e que, caso seu reconhecimento persista sendo negado, vão continuar resultando em mais mortes. O fato de Marielle pertencer a vários grupos que são socialmente minoritários é sim importante porque a coloca como vítima de uma violência seletiva e desigual contra àqueles que não se encaixam na normatividade dominante, isto é, a do homem, branco, heterossexual e das regiões centrais da cidade.

O luto expressado nesses trabalhos culturais não trata de uma reconstituição verídica da vida de Marielle, do assassinato ou da cena e contexto do crime. Esses relatos lamentam pela sua morte, expondo a dor causada por sua falta e seus efeitos nos que ainda restam vivos. São gestos precários, exercícios a partir de e sobre uma despossessão, necessários para seguir movendo em frente, mesmo que de forma cambaleante, com os demais sujeitos ainda vivos depois da tragédia. Essas manifestações não devem ser entendidas como atividades solitárias, feitas apenas na esfera privada ou familiar. O relato de si produz um sujeito relacional e social, sendo uma expressividade orientada tanto para fora quanto para dentro. Assim, a transformação subjetiva proporcionada pelo processo de luto sempre é coletiva e tem como horizonte afetar as normas de reconhecimento que, de uma forma ou de outra, viabilizaram a perda.

Como descrito anteriormente, Butler tem pouca preocupação em entender a vida biológica em si, mas está mais preocupada em descrever as condições que a tornam possível. O que torna uma vida precária é se ela é reconhecida como uma vida digna de ser vivida, portanto que deve ser preservada e cuidada. A prova real para determinar se uma vida é reconhecida como vida - e também para expandir os enquadramentos que possibilitam tal vida - é o luto (SCHIPPERS, 2014, p. 41). Para Butler, a vida ganha valor na medida em que seu fim é interpretado como algo a ser evitado. Ou seja, uma vida só é matável, se é primeiro assumido que sua morte não seria lamentável. Há, dessa forma, um “futuro anterior” - uma vida terá sido vivida - que possibilita que a vida venha a ser vivida. Por isso, Butler defenderá que o luto não seja “uma tarefa pessoal e

---

familiar, mas um empreendimento coletivo, um direito, uma exigência e uma política de Estado”, como explica Carla Rodrigues (2017, p. 337): “Se é a condição de enlutável que enquadra as vidas que têm e as que não têm valor, então passa a ser preciso, para Butler, universalizar o direito ao luto como mecanismo político de afirmar o valor de toda vida, porque toda vida está exposta à morte.”

Daí a importância política do luto: ele dá valor a uma vida perdida, qualificando como uma vida que importa e afetivamente responsabilizando os sobreviventes pela sua morte. É comum ver a morte como uma espécie de solução final: após terminar a vida de um inimigo, por exemplo, se presume que ele deixaria de ser um problema. Esse raciocínio, também presume que não há o que fazer diante da morte de alguém. Porém, acender velas, recordar, chorar, marchar e outros rituais funcionam de maneira a negar esse aspecto definitivo e absoluto da morte. O luto é sim um trabalho iniciado após uma morte, mas também é um trabalho sobre a vida. As multidões que vão às ruas em prantos por Marielle estão protestando contra a irrelevância presumida na vida de uma mulher preta e favelada. Essa aglomeração formada por ativistas, negros, periféricos e LGBTs estão, ao reivindicar seu direito de honrar a morte de Marielle, também reivindicando seu próprio direito ao reconhecimento. Eles estão ativamente afirmando suas próprias vidas como vidas não matáveis, precárias, merecedoras de proteção em vida e de lamento em morte.

É no mínimo desconcertante, então, perceber um grande esforço para inviabilizar esse processo de luto. Atores - muitas vezes vinculados de alguma forma ao Estado brasileiro, como políticos e agentes da Justiça - recorrem à divulgação de calúnias ou destruição de altares para manifestar sua oposição a comoção pública frente a morte de Marielle. A desembargadora Marília de Castro Neves Vieira, por exemplo, acusou Marielle de ser “engajada com bandidos” e eleita pela organização criminosa Comando Vermelho: “Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro” escreveu ela em seu perfil do facebook. Postagens falsas e difamatórias similares também foram postadas pelo deputado federal Alberto Fraga e pelo subtenente da Polícia Militar Marcos Carvalho. Por dois anos consecutivos, autoridades policiais do município de Ouro Preto, em Minas Gerais, pisotearam um tapete de serragem em homenagem a Marielle durante a Semana Santa. Ainda em 2018, durante a disputa eleitoral no estado do Rio de Janeiro, os candidatos a

---

deputados Daniel Silveira e Rodrigo Amorim destruíram uma placa de rua em memória a vereadora; ambos conseguiram ser eleitos. Resta a pergunta: qual é a intenção dessas pessoas ao rejeitar a legitimidade do luto por Marielle? Contra o que eles pensam estar opondo e, mais importante, o que estão implicitamente autorizando?

### **Conclusão**

O pensamento pós-11 de setembro de Judith Butler é baseado em uma condição precária inevitável, implicada por sua teoria do sujeito e que demanda uma ética baseada na cegueira e cuidado mútuos. Apesar de Butler exaltar que a precariedade nunca é universal, uma vez que se manifesta de diferentes maneiras na sociedade, ela acredita que o reconhecimento de nós mesmos como seres carentes e vulneráveis pode levar a um mundo mais justo e menos violento.

Com base nessa formulação, gostaríamos de destacar duas considerações finais, articulando os conceitos trabalhados aqui para a contemporaneidade brasileira: (1) Butler nos orienta como pensar a violência e, como ela é relacionada com as experiências de visibilidade, invisibilidade e hipervisibilidade de certos grupos sociais. Ou seja, ela possibilita entender como uma desigualdade da presença - e, às vezes, uma ausência pressuposta - de certos grupos na esfera pública viabiliza uma violência específica destinada aos mesmos. Para pensar produtos comunicacionais, essa reflexão é sumariamente importante porque explicita a importância da reivindicação de vários movimentos sociais em prol de uma maior representatividade política e midiática de grupos historicamente marginalizados.

No entanto, (2) Butler não se resume a apenas descrever as relações entre violência com os padrões de reconhecimento, mas também tenta ativamente propor modos de lidar com a violência sem nem naturalizá-la nem permitir que culmine em ainda mais violência. Essas propostas também são úteis diante de um cenário internacional em que movimentos de extrema direita cada vez mais demandam pelo sangue alheio, defendendo uma retribuição destrutiva para lidar com uma crescente frustração social e política. Nesse contexto, sua teoria normativa de política pode orientar por maior discernimento na resolução de conflitos.

### **REFERÊNCIAS**

- BROWN, Holly. Judith Butler in Belgium: Reflections on Public Grief and Precarity in the Wake of the Paris Attacks. **Journal of Diversity and Gender Studies**. Vol. 3, Nº 1, pp. 7-16. [S.I]: Leuven University Press, 2016. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/10.11116/jdivegendstud.3.1.0007> >, acesso em 05/08/19.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. London: Verso, 2004a.
- \_\_\_\_\_. SALIH, Sara (Ed.). **The Judith Butler reader**. Oxford: Blackwell, 2004b. (Não Paginado)
- \_\_\_\_\_. Performativity, Precarity and Sexual Politics. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**. Vol. 4, Nº 3. Septiembre-Diciembre. Pp. i-xiii Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red. 2009a. ISSN: 1695-9752.
- \_\_\_\_\_. **Frames of War: When Is Life Grievable?** London: Verso, 2009b.
- \_\_\_\_\_. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, 2011, n.1, p.13-33.
- \_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Los sentidos del sujeto**. Barcelona: Herder Editorial, 2016. Não paginado.
- \_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia** trad. Fernanda Siqueira Miguens; – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Não paginado)
- CARVER, Terrell; CHAMBERS, Samuel A. (ed.). **Judith Butler's precarious politics : critical encounters**. London: Routledge, 2008.
- DEMETRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Performatividade Contra a Precariedade: Modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. **Psicologia Política**, 17 (39), p. 318-326. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. **Galáxia** (São Paulo), [s.l.], n. 37, p.41-54, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554133855>.
- MUGGAH, Robert; TOBÓN, Katherine Aguirre. **Citizen security in Latin America: Facts and Figures**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018. (Strategic Paper nº 33). Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Citizen-Security-in-Latin-America-Facts-and-Figures.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.155-167, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100009>.
- RAE, Gavin. The Political Significance of the Face: Deleuze's Critique of Levinas. **Critical Horizons**. v. 17 Nº 3-4. p. 279-303. DOI: 10.1080/14409917.2016.1190173.
- RODRIGUES, Carla. A função do luto na filosofia política de Judith Butler In: Correa, A. et al Deleuze ,desconstrução e alteridade. **Coleção XVII Encontro ANPOF**, Anpof p.329-339, 2017.
- SCHIPPERS, Birgit. **The political philosophy of Judith Butler**. Nova York: Routledge, 2014.
- TASSIN, Etienne. De la subjetivación política. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/Deleuze. **Revista de Estudios Sociales** No.35, [s.l.], n. 43, p.36-49, ago. 2012. Universidad de los Andes. <http://dx.doi.org/10.7440/res43.2012.04>